

A DIOCESE DE GOIÁS E A MUDANÇA DE VISÃO NO SENTIDO DE VOLTAR OS OLHARES PARA AS MINORIAS, PARTICIPANDO DO PROCESSO DE EDUCAÇÃO POPULAR

Claudio Tavares Pinheiro¹

RESUMO: O presente estudo contempla o período em que Dom Tomás Balduino foi líder espiritual da Diocese, alterando significativamente a estrutura e a forma de se fazer Igreja em relação aos seus antecessores, ao voltar os olhares da Igreja para as causas das minorias ‘sem vez e voz’ no processo de construção histórica de toda a Diocese. Trata-se de uma discussão bibliográfica, resultado de reflexões da dissertação de mestrado. O objetivo maior é compreender a estrutura da Diocese de Goiás que exerceu um papel ímpar no processo de educação popular em Itapuranga-GO. Dentre diversos autores lidos, as discussões estão cimentadas em Pessoa (1999), que além de ser ter vivenciado, pesquisa a fundo essa temática, sendo uma referência nacional. Dom Tomás trazia consigo a convicção de que os leigos deveriam participar de forma mais ativa nas decisões da Igreja. A prioridade da Igreja não era mais os fazendeiros ou latifundiários, mas trabalhadores rurais, meeiros, entre outros. Nesse sentido, a Diocese redirecionou grande parte das suas ações voltadas para o trabalhador rural. Assim, as parábolas se constituíram em um recurso linguístico muito utilizado no contexto da Diocese de Goiás, relacionadas ao trabalho pedagógico realizado pelos padres, religiosos e professores que, nas décadas de 1970 e 1980, participaram do processo de educação popular dos trabalhadores rurais em Itapuranga. A Igreja do Evangelho contava com a organização dos Grupos de Evangelho que praticavam a educação popular a partir da leitura da bíblia sagrada nas reuniões. O que os Grupos de Evangelho faziam pode ser sintetizado como ler a realidade da comunidade na qual estavam inseridos a partir da bíblia. Enquanto os Grupos de Evangelhos estavam ‘militando’, muitas vezes o templo da Igreja Católica serviu como local para assembleias do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itapuranga e para reuniões nas quais se discutiam política, mazelas sociais, estratégias de educação popular, entre outros temas.

A Diocese de Goiás na década de 1970

A Diocese de Goiás está localizada na região Oeste do estado de Goiás, limitando-se com a Arquidiocese de Goiânia e com as Dioceses de Rubiataba, Mozarlândia, Anápolis,

¹ Mestre em Educação, Linguagem e Tecnologias (UEG), Docente do curso de História da Universidade Estadual de Goiás, na cidade de Itapuranga-GO. E-mail: ctpueg@gmail.com.

Uruaçu, São Luiz de Montes Belos, no estado de Goiás, e Barra do Garças, já no estado do Mato Grosso.

Ao contrário do que se pensa, pela atualidade das lutas e ações contemporâneas, desenvolvidas pela Diocese de Goiás, voltadas para as causas das minorias (negros, pobres, sem terra, incapazes e outros), sua criação, segundo o sítio oficial da Diocese de Goiás, se deu “pela bula papal *Candor Lucis Aeternae*, do papa Bento XIV, em 06 de dezembro de mil setecentos e quarenta e cinco”.

Depois da passagem no bispado de diversos freis, padres, bispos, temos a posse dos bispos da Diocese de Goiás no formato que hoje a conhecemos, nesse contexto, compreendendo que cada bispo estabelecia a forma de conduzir seu bispado. Na sequência dos bispados, segundo o sítio oficial da Diocese de Goiás, temos: “1º bispo: Dom Cândido Bento Maria Penso, op (1956-1959); 2º bispo: Dom Abel Ribeiro Camelo (1960-1966); 3º bispo: Dom Tomás Balduino, op. (1967-1998); 4º bispo: Dom Eugênio Rixen (1999 aos dias atuais)”.

Nosso trabalho contempla o período em que Dom Tomás Balduino foi líder espiritual da Diocese, alterando significativamente a estrutura e a forma de se fazer Igreja em relação aos seus antecessores, ao voltar os olhares da Igreja para as causas das minorias ‘sem vez e voz’ no processo de construção histórica de toda a Diocese. Segundo Pessoa (1999, p. 104), “o fato marcante para dizer da existência desse novo ‘modo de produção do sagrado’ foi a chegada de um novo bispo à diocese em dezembro de 1967. Trata-se do dominicano Dom Tomás Balduino”.

Segundo o Censo do IBGE, 23 municípios fazem parte da Diocese de Goiás, somando um total de 224.631 habitantes, são eles:

Quadro dos municípios pertencentes a Diocese de Goiás

Fonte: IBGE, CENSO 2010.

Buriti de Goiás	2.561	Itapirapuã	7.851
Britânia	5.509	Jussara	19.086
Carmo do Rio Verde	8.939	Itapuranga	26.085
Ceres	20.686	Mossâmedes	5.005
Fazenda Nova	6.318	Nova Glória	8.514
Goiás	24.745	Novo Brasil	3.516
Guaraíta	2.372	São Patrício	1.991
Heitoraí	3.568	Sanclerlândia	7.563

Ipiranga	2.844	Santa Fé	4.768
Itaguaru	5.429	Taquaral	3.540
Itaberaí	35.412	Uruana	13.821
Itaguari	4.508		

Também, vale lembrar que esse quantitativo de municípios está dividido por regiões: Região do Rio Vermelho, Região Serra Dourada, Região Uru, da qual Itapuranga faz parte, Região São Patrício e a Sede² Diocesana na cidade de Goiás.

Figura 1 Mapa da Diocese de Goiás
Fonte: www.diocesedegoias.com.br



Uma vez que Dom Tomás Balduino se torna um ponto de referência de nossa discussão e recorte temporal, pensamos ser importante traçarmos um breve histórico de sua vida. Com base em alguns informes retirados do sítio da Sociedade Editora Brasil de Fato, reproduzimos aqui uma biografia sucinta de D. Tomás. Ele é natural de Posse-GO, nascido em 31 de dezembro de 1922, e tem como nome de batismo Paulo Balduino de Sousa Décio. Seu pai foi promotor e juiz.

² Situada a Rua Dr. Joaquim Rodrigues s/n - Caixa Postal 05 - CEP: 76.600-000 - Goiás-GO. Telefone: (62) 3371-1206 (Cúria) / Fax: (62) 3371 2380, com o endereço eletrônico: diocesedegoias@bol.com.br.

Dom Tomás cursou Teologia e mestrado na França, fez mestrado em Antropologia e Linguística, na UnB em 1965 e teve uma importância significativa por ser conhecido como o bispo que deu grande apoio aos movimentos sociais, indígenas e populares, dando destaque à reforma agrária.

Em 1967, foi nomeado bispo diocesano da Cidade de Goiás e assumiu o pastoreio da Diocese, onde permaneceu durante 31 anos, até 1999, quando, ao completar 75 anos, apresentou sua renúncia e mudou-se para Goiânia. Dentre muitos de seus feitos, ressaltamos a fundação do CIMI e da CPT, na década de 1970. Segundo Canuto (2012, p. 91),

[...] eram tempos da ditadura militar. Os gritos do povo ecoavam em todo lugar. Dom Tomás, mesmo estando em Goiás, continuava fortemente ligado à causa indígena. Em 1972, participou da criação do CIMI, para articular os missionários que atuavam junto aos povos indígenas e para fazer ecoar o grito desses povos que tinham seus territórios invadidos, foi seu presidente de 1975 a 1979 e vice-presidente entre 1979 e 1983.

Prestou apoio incondicional, dando proteção, a vários perseguidos pela ditadura militar e recebeu o título de Doutor Honoris Causa da UCG (2006) e UFG (2012). Faleceu em 02 de maio de 2014, sendo sepultado na Catedral da Cidade de Goiás.

Dom Tomás, junto à Diocese de Goiás, procurou adequar a Diocese ao novo espírito do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965) e da Conferência de Medellín (1968). Por isso sua atuação ao lado dos oprimidos, no espírito da opção pelos pobres, marcou profundamente a Diocese e seu povo. Após o bispado do Dom Tomás, assume a Diocese de Goiás Dom Eugênio Rixen, em 1999, permanecendo até os dias atuais.

O modelo de Igreja que havia na Diocese

Ao chegar à Diocese de Goiás, D. Tomás Balduino se defronta com uma Igreja comprometida, até então, com o jogo de manutenção de poder de uma elite agrária local (COSTA, 2012, p. 69).

O modelo de Igreja que havia na Diocese de Goiás até a chegada de Dom Tomás era tradicional, mesmo porque, era comum para aquele período. Havia um grupo que sustentava uma posição de Igreja mais hierárquica e principalmente uma Igreja que não queria indisposição com os fazendeiros, que se utilizavam das festas para se promover e, de certa forma, preservar a posição de mandatários. Nessa perspectiva, Pessoa (1999, p. 151) nos leva a compreender que

A dupla ruptura apregoada pelos agentes especializados da Igreja do Evangelho significa uma redefinição de classe no seu sistema de alianças (o trabalhador rural, pobre, em vez do rico, especialmente o fazendeiro). Ou seja, no interior do mesmo sistema de interesses econômicos, lavradores e fazendeiros operam em condições desiguais: os primeiros participam do modo de produção com a força de trabalho e os segundos com o capital. E a Igreja do Evangelho se anunciou aliada aos lavradores, excluindo os fazendeiros.

É preciso reconhecer que ao chegar à Goiás Dom Tomás não estava com o seu projeto de trabalho finalizado à frente da coordenação das ações religiosas das paróquias que faziam parte da Diocese. Isso ainda não estava formatado e pronto para ser colocado em prática. Porém, Dom Tomás trazia consigo a convicção de que os leigos deveriam participar de forma mais ativa nas decisões da Igreja. Podemos afirmar que o fato de convidar os leigos para participarem das assembleias foi a grande novidade que Dom Tomás trouxe em sua visão de gestão eclesial.

A exemplo dessa nova maneira de ser e de fazer Igreja, ao chegar à Diocese, em 1968, de início, aconteceu na cidade de Itaberaí-GO, a cerca de 60 quilômetros de Itapuranga, a primeira assembleia diocesana. Dom Tomás apresentou ao clero a proposta de seguir o Vaticano II, podendo ser esse considerado o ponto de partida. Nessa assembleia, os leigos foram convidados e participaram. Assim, os momentos da Igreja em que somente os padres tinham voz e voto, passaram a ser democráticos, tendo os leigos da Igreja os mesmos direitos dos padres. Brandão (2012, p. 43), acerca da participação dos leigos nas assembleias, relata: “quantas vezes numa Assembleia Diocesana, a palavra de um lavrador nos silenciava. E a opinião de uma ‘mulher do povo’ teve mais peso em uma reunião do que a minha!”.

Vale lembrar que havia padres novos e também padres bem mais vividos, formando na Diocese um grupo bastante heterogêneo. Porém, nem mesmo Dom Tomás tinha ideia de onde essas mudanças radicais no seio da Igreja iriam chegar e quais as consequências que tais práticas acarretariam na ‘caminhada’ desse novo modelo de Igreja. De forma geral, podemos caracterizar essas ações como um processo de educação popular no seu sentido pleno. Segundo Pessoa (1999, p. 102), “a partir dos anos 70 já se verificavam em várias regiões do país padres, religiosos e leigos dizendo-se membros de um ‘novo modo de ser Igreja’ uma Igreja Popular”.

Não podemos deixar de mencionar que essa mudança radical na Diocese de Goiás aconteceu em decorrência da V Assembleia, em que por meio de votação venceu a opção da Igreja pelos pobres. Assim, essa Assembleia pode ser considerada o divisor de águas em

relação ao trabalho da Diocese de Goiás. Segundo o Documento da 5ª Assembleia Diocesana, junho de 1972 citado por Pessoa (1999, p. 169),

A 5ª Assembleia Diocesana, em 1972: [...],
“1. A diocese, em toda sua atividade pastoral, decide dar uma atenção preferencial aos marginalizados pela sociedade e pela Igreja.
2. A diocese encaminhará o seu trabalho na linha de uma eficiente evangelização a fim de chegar a comunidades formadas por cristãos conscientes e comprometidos na transformação da sociedade.
3. Os cristãos da nossa diocese empenhar-se-ão num testemunho pessoal e comunitário a favor da verdade e da justiça. Esta opção se traduzirá em atitudes de conscientização, promoção e denúncia.

Porém, nas assembleias os leigos acabaram por tomar conta dos microfones e há certa dificuldade para sintetizar tudo o que estava sendo proposto, somando-se a isso o descontentamento por parte de alguns padres que não se sentiam pertencentes a esse novo modelo de Igreja. Inclusive, chegou-se ao ponto de alguns padres deixarem a Diocese, como aconteceu na cidade de Ceres. Na tentativa de resolver essa questão, Dom Tomás descobriu, em Caxias do Sul, uma instituição que, naquele momento, representava para a América Latina inteira uma metodologia de trabalho interessantíssima, mas foi desativada em 2012, chamada Centro de Orientação Missionária, o COM. Aqui ele visualiza uma boa oportunidade de sistematização do que o povo está falando nas assembleias. E contando também com a ajuda do COM, Dom Tomás vai direcionando os trabalhos da Diocese.

Dom Tomás aparentemente é uma pessoa muito querida, inclusive por comunistas, por ateus, por gente que não tem nada a ver com religião, entre outros. Também, é preciso ressaltar que ele contou com o decisivo apoio de lideranças como Carlos Rodrigues Brandão, que foi o assessor da Diocese de Goiás. Esse antropólogo viveu intensamente a vida da Diocese durante quase três décadas assessorando tudo na Diocese de Goiás e em diversos documentos da Diocese, como os diversos boletins, que hoje são documentos importantíssimos para pesquisas na área. Encontramos registros de sua intensa participação e colaboração auxiliando as pessoas a pensar, a refletir e a se posicionar diante de determinadas situações.

Também, foi entendido pela equipe que estava à frente da Diocese, por meio da realização de uma pesquisa feita por eles mesmos, que seus membros eram, em sua grande maioria, do meio rural. Segundo Pessoa (1999, p. 106), “a pesquisa mostrou uma realidade rural conflitiva em toda a diocese. Por isso a Equipe Diocesana orientou o trabalho pastoral na direção de um ‘trabalho direto com as bases’ tendo a criação de sindicatos rurais (ou a tomada dos que já existiam) como ação prioritária”.

A prioridade da Igreja não era mais os fazendeiros ou latifundiários, mas trabalhadores rurais, meeiros, entre outros. Nesse sentido, a Diocese redirecionou grande parte das suas ações voltadas para o trabalhador rural. Aqui, comungamos da mesma ideia de Pessoa (1999, p. 111), ao afirmar que “a ‘Igreja do Evangelho’ não significou, na verdade, uma mudança da Igreja como instituição, mas uma troca de alianças: de Igreja associada à ‘classe dominante’ passou a uma Igreja associada à ‘classe dominada’”. Outra questão que deve ser ressaltada é que nas primeiras assembleias, o bispo tinha a figura central. Entretanto, se analisarmos os relatórios, veremos que aos poucos essa figura central vai deixando espaço para o colegiado, que era o que realmente estava acontecendo. Pessoa (1999, p. 105) diz que “as assembleias diocesanas se tornaram, então, a instância superior de decisões em termos pastorais”.

A ala tradicional da Igreja Católica se sentiu confrontada pelo fato de algumas mudanças ocorrerem em âmbito dos sacramentos. Por exemplo, às vezes o padre aparecia para fazer a celebração usando chinelo. Para a elite da época a não utilização dos símbolos em sua originalidade e tradição caracterizava uma afronta, mas para os pobres isso era visto com naturalidade, uma vez que se identificava com as suas realidades de vida. Nesse sentido, Pessoa (1999, p. 183) afirma:

Ora, a multiplicidade de sentidos é uma das principais características das formações simbólicas. Uma mesma forma simbólica pode ter vários significados: para pessoas diferentes ou para as mesmas pessoas em circunstâncias diferentes. A questão, então, não era extinguir as formas simbólicas preexistentes para se ter um novo sujeito religioso. O novo sujeito religioso, sim, é que poderia ir reinterpretando as suas formas simbólicas.

Em se tratando de sacramentos, o bispo às vezes se mostrava um tanto radical para com as pessoas que não aderiram ao modelo de Igreja do Evangelho. Segundo Pessoa (1999, p. 111), na Carta Pastoral ao Povo de Itapuranga, o bispo não faz rodeios quanto a essa questão: “quem não aceita o Evangelho [...] é melhor que não venha pedir sacramento”. Entendemos essa postura relacionada a uma tentativa de rompimento com algumas tradições da Igreja, em que a justiça não era priorizada em decorrência da preferência pelos fazendeiros e abastados da época.

Porém, mesmo com as questões levantadas podemos afirmar que uma das grandes conquistas da Diocese de Goiás foi justamente a valorização dos pobres. Outra conquista, em uma leitura eclesial, foi o ‘Evangelho passar a ser vivido e pregado em sua plenitude’.

A Igreja do Evangelho ou Igreja da Caminhada

É impossível falarmos de Igreja do Evangelho ou Igreja da Caminhada sem uma crítica à exploração das classes sociais populares pelo poder econômico estabelecido. Da mesma forma, não se pode falar das diferentes práticas propostas e desenvolvidas pela Igreja Católica pós Concílio Vaticano II e Diocese de Goiás com D. Tomás à frente, sem abordar conflitos entre as duas correntes de pensamento da Igreja – o catolicismo tradicional versus o catolicismo popular –, a quebra de paradigmas dentro da própria instituição que gerou dissidências e novas formas de se fazer a leitura do Evangelho, bem como a adequação da linguagem para se comunicar com uma parcela significativa da população para a sua real compreensão. Sobre o projeto de Igreja do Evangelho, Pessoa (1999, p. 18, em nota de rodapé) afirma que

A partir da Assembleia Diocesana de 1975, as expressões “Igreja do Evangelho” e “Caminhada” passaram a definir a nova identidade social e religiosa de todos os sujeitos católicos que aderissem “profeticamente” ao processo de mudanças por que passava a Diocese. Essas mudanças incluíam, principalmente, uma ruptura com os hábitos religiosos tradicionais em torno do “consumo” de sacramentos e a corajosa denúncia das situações de injustiças, especialmente as cometidas pelos fazendeiros contra os trabalhadores rurais.

As parábolas se constituíram em um recurso linguístico muito utilizado no contexto da Diocese de Goiás, relacionadas ao trabalho pedagógico realizado pelos padres, religiosos e professores que, nas décadas de 1970 e 1980, participaram do processo de educação popular dos trabalhadores rurais em Itapuranga. Nessa perspectiva, Pessoa (1999, p. 23) assevera que se faz necessário “destacarmos a importância pedagógica das metáforas. O que fizemos aí foi identificar estruturas submersas no ‘texto’ Igreja do Evangelho, que contribuem significativamente para a sua interpretação”. Elas podem ser reconhecidas, pelo uso frequente nas celebrações das missas, nos sermões, na educação popular, reuniões dos trabalhadores e em outros momentos distintos, que fazem parte do cotidiano dos trabalhadores e trabalhadoras rurais e que resultaram em práticas sociais de cunho ideológico e político.

Ainda hoje, nas reuniões em que a bíblia comumente é estudada, um dos grandes recursos linguísticos utilizados por religiosos e leigos dos mais diversos segmentos do cristianismo é o uso das metáforas. Mesmo porque a própria bíblia é redigida com um quantitativo considerável de metáforas e parábolas. Para Pessoa (1999, p. 115), acontece o “emprego de metáforas, sempre abundantes nas reuniões dos grupos, em assembleias e em

todas as falas e rezas das pessoas que ‘se converteram’ à Igreja do Evangelho. Uma delas, a palavra Caminhada, tornou-se por si só, a representação mais completa da Igreja de Goiás, desde 1971”.

Segundo Marcelo Barros, monge beneditino que participou ativamente como assessor da Igreja Católica, citado por Scolaro (2001, p. 74), em se tratando da expressão Igreja da Caminhada, “essa denominação tem uma origem bíblica. Primeiro porque lembra a caminhada da libertação que foi realizada pelo povo de Deus do Egito para a terra prometida, no êxodo. Nesse sentido, as comunidades querem realizar esta mesma caminhada de libertação de todas as escravidões de hoje. Em segundo lugar, esta expressão lembra os primeiros cristãos, as primeiras comunidades. A Igreja primitiva era reconhecida como a Igreja do caminho. Era uma Igreja viva, sem templo, e que procurava seguir a Jesus Cristo. Seguir a Jesus é seguir o caminho”.

Arriscamo-nos a dizer que essa forma radical de mudança nos sacramentos e a opção pelos pobres podem ser consideradas o que mexeu nas estruturas da Diocese de Goiás, uma vez que levou muitos líderes e fiéis descontentes a migrarem para outras igrejas, principalmente as protestantes. Para Pessoa (1999, p. 73), “nas bandeiras dos descontentes estão sempre estampados: o apoio direto da Igreja aos sindicatos rurais e a denúncia, feita pelos agentes religiosos, dos casos de ‘injustiças’ ou de ‘violência’ dos ricos contra os pobres”. Isso pode também ter colaborado para o fortalecimento da Renovação Carismática Católica (RCC), em que parte da elite da Igreja encontrou refúgio em função da não aceitação da opção pelos pobres. Em se tratando do movimento carismático, segundo Pessoa (1999, p. 158), “os carismáticos, não só não concordam com a Igreja do Evangelho, como se apartam dela, mesmo permanecendo católicos”.

Também é preciso considerar que os carismáticos do início da Renovação Carismática Católica fazem parte do grupo de pessoas que eram contra a Igreja da Caminhada. As práticas e devocionais da RCC muito se assemelham às práticas protestantes, principalmente as pentecostais. Com a visão de que as coisas ‘deste mundo’ ficarão neste mundo, acabam por priorizar o lado espiritual, não dando prioridade às questões sociais como a opção pelos pobres da Igreja do Evangelho. Pregam a libertação da alma e do corpo, mas deixam de lado a libertação das estruturas injustas a que muitos estão submetidos. Nesse sentido, Pessoa (1999, p. 157) diz que “[...] os carismáticos [são] um segmento de resistência à Igreja do Evangelho. Como são pentecostais, os carismáticos vivenciam uma afiliação religiosa do tipo ‘fiel’. E como tal, diferenciam com maior radicalidade as ‘coisas de Deus’ das ‘coisas do mundo’”.

Tratando da diferença entre a ‘Igreja da Tradição’ e a ‘Igreja do Evangelho’, Pessoa (1999, p. 109) diz que

A ‘Igreja da Tradição’, que se queria a todo custo erradicar, na visão oficial diocesana significava a existência de católicos que sempre reivindicavam os sacramentos e missas, permanecendo ainda no egoísmo, dominação, ganância e falsas caridades. ‘Igreja do Evangelho’ era o compromisso com a evangelização, dando especial atenção aos pobres e oprimidos.

Segundo o mesmo autor, “esta explicação aparece na ‘Carta Pastoral ao Povo de Itapuranga’, que o bispo escreveu a 2 de junho de 1975, oito meses depois da expulsão dos padres Ivo Poletto e Frei Marciano, pelas famílias tradicionais da época. Durante esse tempo o bispo deixou a paróquia de Itapuranga em ‘jejum sacramental’. Houve somente ‘evangelização’.

Por mais que se possa tentar olhar de outra maneira acerca da essência da Igreja do Evangelho, certamente se chegará ao entendimento de que as camadas populares da sociedade local receberam o apoio da Igreja, enquanto os ricos e fazendeiros tiveram suas alianças, de longas datas, quebradas por essa nova forma de fazer Igreja. Pessoa (1999, p. 20) diz que “a Igreja do Evangelho assumiu uma postura nitidamente monoclássista nas suas relações com a sociedade local. Declarou-se rompida com o que ela chamou de ‘classe dominante’, ‘os ricos’ que eram, enfim, os fazendeiros) e em aliança com os trabalhadores rurais”. Complementando a ideia de Pessoa, Sebastião Donizete de Carvalho, em artigo publicado em Solitário mestre da vida (2012, p. 151), acerca dessa nova postura da Igreja, afirma que

[...] a bem da verdade, essa não era e não foi uma invenção da Diocese de Goiás; esse novo jeito de ser da Igreja decorria do Concílio Vaticano II, que, no dizer do Papa João XXIII, era ‘uma flor de uma inesperada primavera’. O Concílio reconheceu e proclamou todos os batizados como partícipes do sacerdócio de Jesus Cristo e todos os cristãos, independente de sua posição na hierarquia, como Povo de Deus.

Os Grupos de Evangelho ou CEBs

A gênese de uma CEB pode estar ligada a uma luta popular ou na dinamização de uma Paróquia, podendo ter início a partir de uma novena, organização de reivindicações, ou simplesmente de uma reunião pra reflexão do Evangelho. (COSTA, 2012, p. 27)

A Igreja do Evangelho contava com a organização dos Grupos de Evangelho que praticavam a educação popular a partir da leitura da bíblia sagrada nas reuniões. O que os Grupos de Evangelho faziam pode ser sintetizado como ler a realidade da comunidade na qual estavam inseridos a partir da bíblia. Nesse sentido, Pessoa (1999, p. 111), ao tratar da mobilização dos católicos em torno dos Grupos de Evangelho, suas práticas sociais e o trabalho de conscientizações por meio dos mais diversos procedimentos metodológicos, diz que

Estava posta, portanto, uma terceira dimensão da afiliação católica: o “participar” (Brandão, 1988, p. 38). Tratava-se de uma mobilização dos católicos em torno dos “Grupos de Evangelho” ou qualquer outra forma de “conscientização” (como teatro popular) e de atuação concreta nos movimentos populares, como: Movimento Popular de Saúde, formação de sindicatos de trabalhadores rurais, roças comunitárias, e, mais tarde, a criação do Partido dos Trabalhadores.

Os agentes pastorais eram vinculados aos Grupos de Evangelho da Diocese de Goiás, que foram chamados de Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) pelo Brasil inteiro, mas na Diocese de Goiás chamaram-se Grupos de Evangelho. Esses agentes são vinculados às práticas de libertação, às experiências da Igreja do Evangelho e toda essa experiência foi o norte da prática da Igreja do Evangelho no Estado de Goiás e em Itapuranga. Segundo Mercedes de Budallés e Marcelo Barros, em artigo publicado na obra *Solidário Mestre da Vida* (2012, p. 26), organizado por Ivo Poletto, “é importante lembrar que a opção da Igreja na América Latina, depois do Concílio Vaticano II e da Conferência dos Bispos Latino-Americanos em Medellín, foi promover as Comunidades Eclesiais de Base que tiveram seu alicerce nesses grupos de Evangelho”. Vemos que isto está na essência do que seria todo o investimento da Diocese de Goiás na educação popular, na formação política, na conscientização das pessoas com vistas à participação política e emancipação ideológica. Carvalho (2012, p. 155) reforça a afirmação de que “o Grupo de Evangelho sempre foi a base de todo o trabalho da diocese. Ali se rezava, estudava-se a Bíblia, começavam-se lutas para melhorar a cidade, se organizavam grupos para lutar pela terra e, ao mesmo tempo, era uma rede de solidariedade para apoiar aqueles que precisavam”.

Neste sentido, Paiva (1987, p. 288), afirma que

Numa sociedade que se moderniza (que oferece maiores oportunidades de emprego e de ascensão social) a educação teria um valor funcional como agente de mobilidade social; a ela caberia possibilitar aos componentes da sociedade a reinterpretção dos padrões culturais vigentes e a formação de uma mentalidade consciente e responsável, com vistas à participação política e ao uso dos benefícios econômicos da modernização.

Os Grupos de Evangelho procuram conhecer bem as sagradas escrituras (Evangelho) e concomitantemente estabelecer ligação com a realidade do dia a dia da vida dos membros que deles participavam, um aspecto importante que pode ser notado no interior da Igreja que, por meio das intervenções desses Grupos, cresceu relativamente no que se refere ao estudo bíblico no meio do povo, levando os cristãos católicos a um posicionamento mais crítico das questões que envolviam suas vidas de forma direta e indireta. Nos Grupos de Evangelho, além de procurar a libertação no sentido espiritual e ideológico, procuravam também soluções para os problemas sociais.

Na tentativa de uma compreensão mais clara e/ou uma possível mentalização do que vem a ser a CEB ou Grupo de Evangelho, em Goiás, segundo Mainwaring (1989 apud COSTA, 2012, p. 24), “uma CEB é um grupo pequeno (com uma média de 15 a 25 participantes) que geralmente se reúne uma vez por semana usualmente para discutir a Bíblia e sua relevância face às questões contemporâneas. Seus membros são responsáveis pelas cerimônias religiosas do grupo, assim como por muitas decisões”.

Considerações finais

Essas reflexões foram de extrema relevância para compreendermos a mudança de posicionamento da Igreja, no período em discussão, passando de ‘serva’ dos fazendeiros e demais grupos minoritários para entendedora das minorias estereotipadas, principalmente, dos trabalhadores rurais. No trajeto para se chegar às nossas conclusões, anteriormente a este estudo, fizemos algumas leituras acerca da Teologia da Libertação, modelo teológico semelhante adotado pela Diocese de Goiás, que utilizou como estratégia maior os Grupos de Evangelho.

São vários os frutos oriundos dos Grupos de Evangelho ou CEBs. Exemplo disto é a formação de muitos agentes que atuaram à frente de movimentos sociais e políticos, como aconteceu em Itapuranga. Podemos nos arriscar a dizer que do incentivo ao trabalho desenvolvido nos Grupos de Evangelho resultou uma luta significativa pela terra por meio de enfrentamentos sociais, assentamentos, associações, sindicatos, entre outros.

Há um aspecto que não podemos deixar de mencionar. Enquanto os Grupos de Evangelhos estavam ‘militando’, muitas vezes o templo da Igreja Católica serviu como local para assembleias do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itapuranga e para reuniões nas quais se discutiam política, mazelas sociais, estratégias de educação popular, entre outros

temas. Atualmente, com um novo templo suntuoso, percebe-se que a Igreja se volta para o caminho de uma espiritualidade abstrata e distante da vida cotidiana dos fiéis, com a instalação do ‘santíssimo’ no altar, ao qual durante todo o dia os fiéis têm livre acesso para fazer suas preces. Assim, as práticas sociais politizadas e politizantes vão deixando aos poucos de existir ou de serem priorizadas no seio da Igreja.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Ouvir, acolher, dizer, partilhar*. (IN) Solidário Mestre da Vida: celebrando 90 anos de Dom Tomás Balduino. Ivo Poletto (org.). – São Paulo: Paulinas, 2012.

BUDALLÉS M. de; BARROS M. “*Ao anjo das Igrejas do Centro-Oeste*. (IN) Solidário Mestre da Vida: celebrando 90 anos de Dom Tomás Balduino. Ivo Poletto (org.). – São Paulo: Paulinas, 2012.

CANUTO, A. *Dom Tomás: doutor da terra e do povo*. In: Solidário Mestre da Vida: celebrando 90 anos de Dom Tomás Balduino. Ivo Poletto (org.). – São Paulo: Paulinas, 2012.

CARVALHO, S. D. *A caminhada da Igreja do Evangelho*. In: Solidário Mestre da Vida: celebrando 90 anos de Dom Tomás Balduino. Ivo Poletto (org.). – São Paulo: Paulinas, 2012.

COSTA, Ismar da Silva. *Guerra simbólica na fronteira: religião e política em Itapuranga-GO 1950/2000*, Tese (Doutorado em História), UFG, Goiânia: 2012.

IBGE. Censo Demográfico 2010. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br>>.

PAIVA, Vanilda Pereira. *Educação popular e educação de adultos*. 5 ed., São Paulo: Edições Loyola, 1987.

PESSOA. *A Igreja da Denúncia e o Silêncio do Fiel*. Campinas: Alínea, 1999.

SCOLARO, A. *Profecia e Diálogo análise sócio-cultural da Diocese de Goiás 1967-1998*. Defesa em 22 nov. 2001. p. 256. Dissertação de Mestrado – UCG, Goiânia: 2011.

www.diocesedegoias.com.br

www.brasildefato.com.br